

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
CENTRO DE PÓS - GRADUAÇÃO  
CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

O PAPEL POLÍTICO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Walmir de Araújo Machado

Rio de Janeiro  
junho, 2002

dos  
Bom trabalho!  
Perceber-se que o aluno  
dedicou-se com afinco ao  
estudo de um tema de grande  
importância para a sociedade brasileira.

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header.

Handwritten text in the middle of the page.

Handwritten text below the middle section.

Handwritten word or signature at the top right, possibly "Bob".

Main handwritten text block, including a large scribble and several lines of cursive writing.

**O papel político do professor universitário**

por

**Walmir de Araújo Machado**

**Professora – Orientadora: Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho  
Doutora em Educação pela UFRJ**

**Monografia apresentada ao  
Curso de Pós-Graduação Latu Sensu  
da Universidade de Rio de Janeiro  
Formação de Docentes Universitários**

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 80, a sociedade brasileira vem sofrendo mudanças em sua estrutura, com o objetivo de se adaptar às novas exigências da economia mundial que têm, como base, a globalização. Os governos pós regime militar, cumprindo determinações do FMI, privatizaram empresas estatais; facilitaram a entrada de empresas estrangeiras em nome da livre concorrência; promoveram arrocho salarial nos órgãos públicos; criaram diversos planos econômicos com o intuito de promover a "estabilidade" da economia, sem inflação...

Algumas das conseqüências dessas medidas podem ser observadas no fechamento de diversas indústrias, empresas e micro-empresas nacionais, que não suportaram a concorrência internacional, trazendo à sociedade brasileira um aumento no desemprego, economia informal, miséria, violência urbana e até rural. A falta de investimento governamental nas áreas de saúde e educação fazem com que as instituições públicas ligadas a estes Ministérios funcionem precariamente e, por conseqüência, a população pobre fica sem estes serviços essenciais à sua sobrevivência física e/ou intelectual.

Nesse contexto, destacamos também a instituição universitária, que em toda sua história sempre teve, como função, um caráter social que se propunha estudar as questões comunitárias, regionais, nacionais e internacionais, visando buscar soluções a curto, médio e longo prazos para os mesmos, proporcionando assim, um bem estar social. Mas não houve interesse político para que isto

acontecesse e, desta forma, a Universidade também não vem exercendo sua função social, deixando de estudar e planejar cientificamente problemas sociais

que poderiam melhorar o futuro da sociedade brasileira. Esta preocupação com as relações entre a Universidade e a comunidade é antiga. Podemos verificá-la no texto de Santos (1995), em que ele faz uma análise crítica da função social da universidade, alertando que:

*“... para além da vertente economicista e produtivista, o apelo à prática, teve a partir dos anos sessenta, uma outra vertente, de orientação social e política, que consistiu na inovação da **responsabilidade social da universidade** perante os problemas contemporâneos, uma responsabilidade raramente assumida no passado, apesar da premência crescente desses problemas e apesar de a universidade ter acumulado sobre eles conhecimentos precisos. Esta vertente teve, assim, um cunho marcadamente crítico. A universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido por a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses”. (p. 205 )*

Preocupados com a situação atual de nossa sociedade e sabedores de que a educação é um dos instrumentos primordiais para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, é que fizemos a opção por estudar o **tema – papel**

**político do professor universitário** - pois os jovens que ingressam hoje nas Universidades Brasileiras estão, em sua grande maioria, em um momento de suas vidas caracterizado pela inquietação, pela rebeldia, pelos questionamentos sociais, etc. É neste contexto que se apresenta o professor universitário e é aí que destacamos, como **problema, a importância da conscientização docente em relação ao seu papel político perante a sociedade**, pois ele terá, como grande desafio, conquistar estes jovens com a sua sabedoria intelectual, construindo-os na reflexão sobre os problemas sociais e mostrando-lhes a função científica, social e ética da aquisição de conhecimento na Universidade. Esta problemática é bem visível em Giroux (1997):

*“Num sentido mais amplo, os professores como intelectuais devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais em sala de aula e valores que eles legitimam em sua atividade de ensino. Com esta perspectiva em mente, gostaria de concluir que os professores deveriam se tornar intelectuais transformadores se quiserem educar os estudantes para serem cidadãos ativos e críticos”. (p. 162)*

A partir desta citação, levantamos as seguintes **questões**: estará o professor de nível superior consciente de sua posição política perante a sociedade em que está inserido? Poderá ele conduzir sua prática educacional buscando

formar agentes de transformação social ou de manutenção, conforme sua linha filosófica de pensamento?

Acreditamos que essa conscientização lhe dará mais segurança na condução de sua prática educacional, pois sabedor das relações políticas existentes entre a ideologia da classe dominante e o sistema educacional, poderá tornar o ambiente universitário mais autêntico e fazer dele um espaço de reflexão crítica, visto que estas são as relações democráticas que, esperamos, existam no interior das Universidades Brasileiras.

Para **justificar** a importância deste tema, relembro um texto muito importante na minha vida universitária, que foi "O Mito da Caverna" de Platão. Analisando a metáfora do pensador, que demonstra a importância da educação na elevação dos educandos do "mundo das sombras" ao "mundo da luz" pude verificar, depois de compreender o objetivo do texto, que a partir daquele momento eu comecei a "enxergar" o mundo de outra forma iniciando-se assim, a minha paixão pela filosofia. Este "enxergar o mundo com outros olhos" é que significa, para mim, o momento em que o cidadão conscientiza-se e passa a ter uma visão crítica do mundo que o cerca, podendo assim conduzir a sua vida apoiado nos princípios filosóficos e políticos que passaram a fazer parte de sua consciência crítica de mundo.

São esses princípios e essa conscientização que defendemos como importantes para definir o papel político do professor universitário, pois acreditamos que a verdadeira Universidade deve propiciar aos seus alunos os

conhecimentos necessários que os conduzam do “mundo das sombras” ao “mundo da luz”, e isto é tarefa do professor.

Assim, este trabalho tem, por **objetivo**, refletir sobre as relações estreitas existentes entre **política e educação** e mostrar que estas duas áreas nunca estarão separadas uma da outra. Analisando o campo da prática docente universitária podemos constatar que, consciente ou inconscientemente, o professor demonstra, em sua relação com os alunos, sua posição política perante o sistema social que organiza a sociedade onde está inserido. Mesmo quando não demonstra claramente esta posição política, ele a estará caracterizando. Giroux (1997), analisando a obra de Paulo Freire, escreve sobre as relações entre educação e política, acrescentando:

*“A educação é aquele terreno no qual o poder e a política têm expressão fundamental, no qual a produção de significado, desejo, linguagem e valores inclui e responde às crenças mais profundas acerca do que significa ser humano, sonhar, e identificar e lutar por um futuro particular e forma de vida social. A educação torna-se uma forma de ação que une as linguagens da crítica e da possibilidade. Finalmente, ela representa a necessidade de um comprometimento apaixonado por parte dos educadores em tornar o **político mais pedagógico**, isto é, tornar a reflexão e ação crítica partes fundamentais de um projeto social que não apenas inclua formas de opressão mas também desenvolva uma fé profunda e permanente na luta para humanizar a própria vida”. (p.147)*



Outra análise que pretendo fazer e apresentar como outro objetivo, é sobre a postura conservadora ou transformadora do professor universitário, ou seja, analisar estes comportamentos, que estão relacionados à sua linha filosófica de pensamento, e conduzem seus estudos em uma determinada direção. Desta forma, o método de ensino e a prática educacional utilizadas por ele estarão alicerçados por teorias pedagógicas conservadoras ou transformadoras. Podemos observar, nas definições de Pedagogia liberal e Pedagogia progressista, textualizadas por Libâneo (1984), um pouco das tendências educacionais que conduzem o comportamento docente universitário:

*“ A pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e as normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois embora difunda a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições”. (p. 21)*

*“A pedagogia progressista parte de uma análise crítica da realidade social e sustenta implicitamente as finalidades sóciopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais”. (p.32)*

Em um primeiro momento, pretendíamos fazer uma pesquisa de campo entre alunos e professores universitários, para tentar comprovar a importância da conscientização do papel político do professor universitário em uma possível transformação ou manutenção do sistema social dominante. Mas o tempo destinado à pesquisa monográfica no curso de pós-graduação lato sensu não permitiu um formato de investigação mais longo; por este motivo, optamos por fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o tema **política e educação** e mostrar, através das reflexões efetuadas por escritores brasileiros e estrangeiros, a importância da discussão sobre o papel político do professor de nível superior.

Diversos autores abordam o tema política e educação. Neste estudo, optamos por uma análise aprofundada do pensamento de Paulo Freire, Moacyr Gadotti, Henry Giroux, Demerval Saviani, José Carlos Libâneo, Boaventura de Souza Santos e Norberto Bobbio, para tentar demonstrar como a posição política do professor está influenciada por tendências pedagógicas tradicionais ou progressistas.

Desenvolvemos este trabalho seguindo um **cronograma** que, em um primeiro momento, se dedicou à pesquisa bibliográfica direcionada ao tema, iniciando-se pelos autores acima citados. Em um segundo momento, fizemos uma leitura das obras dos referidos autores com o intuito de destacar pontos que servirão como base para a dissertação pretendida e também para uma análise crítica. Com uma estruturação teórica delineada, partimos para a elaboração dos capítulos deste trabalho. Como se trata de um assunto que envolve a área

educacional, tivemos a intenção de estruturar os capítulos de forma simples e didática, para que o presente trabalho atinja os objetivos desejados. Neste sentido, o primeiro capítulo discute a estrutura das sociedades liberais e progressistas (socialistas) e a democracia; o segundo capítulo analisa como se desenvolve a educação nestes dois tipos de sociedade e o terceiro capítulo, faz uma análise crítica das conseqüências sócio-políticas do papel do professor universitário nos dois modelos sociais apresentados, destacando assim, a importância da conscientização política deste profissional para que as relações pedagógicas produzidas por ele tenham objetivos claros, relacionados à manutenção ou transformação da sociedade.

## CAPÍTULO II

### Sociedades Liberais, Progressistas e Democracia

#### 1 – Sociedades Liberais e a Democracia

Na história das sociedades modernas podemos observar a criação de uma instituição que representa as características políticas do poder hegemônico. Esta instituição é chamada de **Estado**. Nas sociedades liberais, o “Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social” (Bobbio – 1995). Neste sentido, na tentativa de estabelecer um tipo de sociedade que atenda aos anseios de **liberdade e de democracia**, podemos verificar a existência de regimes de governo denominados liberal-democráticos ou de democracia liberal. No entanto, isto leva a crer que as relações entre liberalismo e democracia são tranquilas, o que não é verdade. Vejamos a definição de Bobbio (1995) para democracia: “forma de governo na qual o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo as formas autoritárias, como a monarquia e a oligarquia”.(p. 07). Apenas observando as definições de liberalismo e de democracia podemos ver a existência de um antagonismo entre os dois regimes, pois enquanto a democracia defende a

participação da maioria nas decisões políticas, no liberalismo a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes dominantes. Segundo Bobbio, “um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal”. Com a intenção de garantir liberdade e democracia aos cidadãos, o Estado liberal baseou-se em princípios filosóficos que enfocam os direitos do homem, doutrina elaborada pela escola do direito natural ou jusnaturalismo, que significa que:

*“todos os homens, indiscriminadamente, têm por natureza e, portanto, independente de sua própria vontade, e menos ainda da vontade de alguns poucos ou de apenas um, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandados devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros”.*  
(Bobbio – 1995, p. 11)

As questões dos **direitos humanos** levaram, conseqüentemente, a discussões sobre direitos e deveres que nas sociedades liberais levam a reflexões sobre **liberdade e igualdade ou igualdade na liberdade**, o que significa que uma pessoa deve gozar de tanta liberdade quanto compatível com a liberdade dos outros. Praticamente desde as origens do Estado Liberal, as formas de igualdade inspiraram dois princípios fundamentais: a igualdade perante a lei e a igualdade dos direitos. A igualdade perante a lei significa que a lei deva ser igual para todos. Neste sentido, significa que em um julgamento o juiz deva ser imparcial na aplicação da lei. Com esta prática o Estado Liberal se torna inerente ao Estado de direito o que significa que todos os cidadãos devem ser submetidos às mesmas leis, com isto, pretendendo-se eliminar possíveis discriminações. A igualdade nos ou dos direitos significa que todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos, entendendo-se que atribuir a alguém um direito significa:

*"reconhecer que ele tem a faculdade de fazer ou não fazer algo conforme seu desejo e também o poder de resistir, recorrendo , em última instância, à força (própria ou dos outros) contra eventual transgressores, o qual tem em conseqüência o dever (ou obrigação) de se abster de qualquer ato que possa de algum modo interferir naquela faculdade de fazer ou não fazer".*

*(Bobbio – 1995)*

A igualdade nos direitos compreende a igualdade em todos os direitos garantidos pela constituição e que devem ser gozados por todos os cidadãos sem discriminações derivadas da classe social, do sexo, da religião, da raça, etc.

Desta forma a liberdade, a igualdade e a democracia nas sociedades liberais são definidas por leis expressas nas constituições.

Com relação à participação democrática dos cidadãos nas decisões políticas, vimos que a **democracia representativa** é o regime político que mais se identifica com as sociedades liberais. "A democracia representativa nasceu da convicção de que os representantes eleitos pelos cidadãos estariam em condições de avaliar quais seriam os interesses gerais melhor de que os próprios cidadãos, fechados demais na contemplação de seus próprios interesses particulares". (Bobbio – 1995). Com este regime, as sociedades liberais fazem crer que a participação individual dos cidadãos no processo de eleição dos seus representantes para as assembleias parlamentares significa a democratização da participação política do povo nas decisões governamentais.

Com o surgimento dos regimes socialistas, seus programas gerais de economia planificada e de coletivização dos meios de produção, os regimes liberais foram cada vez mais se concentrando na defesa da economia de mercado e da liberdade de iniciativa econômica. Este novo direcionamento dos regimes liberais, dando mais ênfase às questões econômicas do que às políticas, constituiu-se na criação do **neoliberalismo** que Bobbio define como:

*"a doutrina econômica conseqüente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário". (p. 87)*

O neoliberalismo não deixa de lado as tradições do liberalismo clássico, que diz ser um Estado cada vez mais liberal quanto mais reduzidos são seus poderes e contrários ao pensamento dos anarquistas, os neoliberais acham que o Estado é um mal, mas é necessário, devendo, portanto, ser conservado embora dentro de limites os mais restritos possíveis.

## **1 – Sociedades Progressistas (socialistas) e a Democracia**

Por muito tempo os processos de liberalização e democratização continuaram a se desenvolver, ora conjuntamente, ora separadamente, conforme crescia a participação popular no direito de voto como uma ação necessária a integração do Estado liberal ou como um obstáculo ao seu desenvolvimento, um acréscimo ou uma diminuição de liberdade. No interior das relações dialéticas entre o Estado liberal e a democracia, passaram a existir os liberais radicais, ao mesmo tempo liberais democráticos e os liberais conservadores,



liberais mas não democráticos, que jamais renunciaram à batalha contra qualquer proposta de alargamento do direito de voto, considerado como uma ameaça à liberdade. Como decorrência deste conflito de princípios, passaram a existir:

*“democratas liberais e democratas não-liberais, esses segundos interessados mais na distribuição do poder que em sua limitação, nas instituições do autogoverno mais que na divisão do governo central, mais na separação horizontal que na vertical dos poderes, mais na conquista da esfera pública que na cuidadosa defesa da esfera privada” (Bobbio-1995, p. 52).*

O distanciamento entre os democratas liberais e os democratas não-liberais fez com que estes últimos se aproximassem mais dos movimentos socialistas, pois defendiam que a democracia, levada às suas extremas conseqüências, terminaria por destruir o Estado liberal, podendo assim se realizar plenamente apenas num **Estado social** que tenha abandonado o ideal do Estado mínimo. Ao mesmo tempo em que aumentam as divergências entre democratas liberais e não-liberais, aliados a estes últimos surgem movimentos operários que se inspiram cada vez mais nas doutrinas socialistas, antitéticas às liberais, mas sem deixar de lado os princípios democráticos. Podemos

distinguir, como fruto da discórdia entre a doutrina liberal e a socialista a liberdade econômica, que pressupõe a defesa ilimitada da propriedade privada. A doutrina socialista aponta a propriedade privada como fonte principal das desigualdades entre os homens e a sua eliminação total ou parcial como projeto de sociedade futura. Enquanto as relações entre liberalismo e socialismo foram de clara antítese, o mesmo não aconteceu nas relações entre **socialismo e democracia**, que desde as origens demonstraram uma relação de compatibilidade. Duas teses sustentam esta compatibilidade entre socialismo e democracia:

*"antes de tudo, o processo de democratização produziria inevitavelmente, ou pelo menos favoreceria, o advento de uma sociedade socialista, fundada na transformação do instituto da propriedade e na coletivização pelo menos dos principais meios de produção; em segundo lugar, apenas o advento da sociedade socialista reforçaria e alargaria a participação política e, portanto, tornaria possível a plena realização da democracia, entre cujas promessas – que a democracia liberal jamais seria capaz de cumprir – estava também a de uma distribuição igualitária (ou ao menos mais igualitária) do poder econômico e do poder político".*  
(Bobbio – 1995, p. 81).

Esta compatibilidade entre socialismo e democracia passou a ser a condição necessária à institucionalização da sociedade socialista e como única condição de desenvolvimento da democracia. Em relação ao avanço da democracia socialista com respeito à democracia liberal, podemos observar três argumentos:

*a) enquanto a democracia liberal – ou, polemicamente, capitalista e, do ponto de vista do sujeito histórico que a promoveu, burguesa – nasceu como democracia representativa na qual os representantes eleitos tomam suas decisões sem vínculo de mandato, a democracia socialista – ou, do ponto de vista classista, proletária – será uma democracia direta, no duplo sentido de democracia de todo o povo sem representantes e de democracia não de representantes mas de delegados cujos mandatos vinculados estão sujeitos a revogação;*

*b) enquanto a democracia burguesa permitiu, até o extremo limite do sufrágio universal masculino e feminino, a participação no poder político, central e local, apenas a democracia socialista permitirá a participação popular também na tomada de decisões econômicas que numa sociedade capitalista são tomadas autocraticamente, representando nesse sentido não só um reforço da participação em intensidade, mas também em uma extensão quantitativa, como efeito da abertura de novos espaços para o exercício da soberania popular em que consiste a essência da democracia; c) enfim, aquilo que mais importa: enquanto na*

*democracia liberal a atribuição ao povo do direito de participar direta ou indiretamente das decisões políticas não procede no mesmo passo de uma mais equânime distribuição do poder econômico e, portanto, faz do direito de voto uma mera aparência, na democracia socialista essa mais equânime distribuição, tornando-se um dos objetivos primários da mudança do regime econômico, transforma o poder formal de participação em poder substancial e, ao mesmo tempo, realiza a democracia inclusive no seu ideal último, que é o da maior igualdade entre os homens."*

*(Bobbio – 1995, p. 82 e 83)*

Nas relações entre democracia e socialismo, a democracia significa um ideal igualitário, que só a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar.

Observamos nesse capítulo aspectos sócio-políticos que determinam os regimes sociais e que conduzem as sociedades liberais e progressistas ou socialistas. Vimos também que o Estado tem grande importância na condução e manutenção da ideologia dominante. Neste contexto, verificamos que o Estado possui várias instituições ligadas a ele, cuja função é manter a estrutura dominante. Estas instituições foram denominadas por Althusser (1985) como aparelhos repressivos do Estado e aparelhos ideológicos do Estado:

*"O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os valores por eles propostos.*

*Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os aparelhos ideológicos do Estado, funcionam principalmente através da ideologia e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas "moldam" por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção, etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o aparelho ideológico cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc. (1985, p.70).*

Desta forma, podemos observar que a Escola tem uma função importante na manutenção ou transformação da sociedade, pois verificamos que no seu interior existem práticas educacionais que reproduzem os valores inerentes ao regime liberal e por isso são chamadas de pedagogias liberais e ao mesmo tempo práticas que reproduzem valores que defendem o regime progressista e que são chamadas de pedagogias progressistas.

Observaremos no próximo capítulo as tendências pedagógicas e as relações com os modelos de sociedades que apresentamos até agora.

## CAPÍTULO III

### **Sociedades Liberais, Progressistas e a Educação**

Como vimos no capítulo anterior, a Escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos. O processo educacional, assim, tem atrás de si condicionantes sócio-políticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade. Tomando como critério a posição que adotam com relação a estes condicionantes sócio-políticos, podemos classificar as tendências pedagógicas em liberais e progressistas.

#### **1 – Pedagogias Liberais**

A doutrina liberal, como vimos anteriormente, justifica-se na sociedade capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também chamada de sociedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo

de sociedade. A prática educacional toma formas diferenciadas, conforme o momento histórico e as diretrizes do regime capitalista.

*"A pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e as normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual". (Libâneo, 1984, p. 21)*

Dentre as tendências liberais podemos destacar a tradicional, a liberal renovadora, a renovadora progressivista, a renovada não-diretiva e tecnicista, Libâneo (1985) as define da seguinte forma:

*"A tendência tradicional se caracteriza por acentuar o ensino humanístico, de cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa."(p.22)*

*"A tendência liberal renovada acentua, igualmente, o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais. Mas a educação é um processo interno, não extremo; ela parte das necessidades e interesses individuais necessários para a*



*adaptação ao meio. A educação é a vida presente, é parte da própria experiência humana.”(p.22)*

*“A tendência renovada –não diretiva, orientada para os objetivos de auto-realização (desenvolvimento pessoal) e para as relações interpessoais.”(p.22)*

*“A tendência liberal tecnicista, subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de “recursos humanos” (mão-de-obra para a indústria). A sociedade industrial e tecnológica estabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a educação treina (também cientificamente) nos alunos os comportamentos de ajustamento e essas metas.”(p.23)*

Como podemos observar, o papel da escola na tendência **tradicional** consiste na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. A finalidade da escola na tendência **renovada progressivista** é adequar as necessidades individuais ao meio social e, para isso, ela deve se organizar de forma a retratar, o quanto possível, a vida. À escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo de construção e reconstrução do objeto, numa interação entre a teoria e a prática social. Na **renovada não-diretiva**, acentua-se o papel da escola na formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. A escola na tendência **liberal**

Você copiou as palavras do livro

**tecnicista** funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas especializadas. É competência da escolar organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que as pessoas se integrem na máquina do sistema social global.

Observamos que nas tendências pedagógicas liberais a ênfase no aspecto cultural objetiva esconder a realidade das diferenças de classes, pois embora difunda a idéia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições.

## 2 – Pedagogias Progressistas

As tendências progressistas partem de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sócio-políticas da educação. Desta forma, a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se em uma sociedade capitalista, sendo ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais.

Segundo Libâneo (1985), a pedagogia progressista tem-se manifestado em três tendências:

*Palavras do livro*  
*de para*

*"a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da auto-gestão pedagógica; a crítico-social dos conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais.*

*As versões libertadora e libertária têm em comum o anti-autoritarismo, a valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a idéia de autogestão pedagógica. Em função disso, dão mais valor ao processo de aprendizagem grupal do que aos conteúdos de ensino. Como decorrência, a prática educativa somente faz sentido numa prática social junto ao povo, razão pela qual preferem as modalidades de educação popular "não-formal".*

*A tendência da pedagogia crítico-social dos conteúdos, propõe uma síntese superadora das pedagogias tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na prática social concreta. Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão de conteúdos e a assimilação ativa por parte do aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente reelaborado." (p.32 e 33)*

Refletindo acerca das citações, vimos que as tendências progressistas vinculam o processo educativo às realidades sociais. Desta forma, observamos que mesmo não sendo uma característica da tendência **libertadora** atuar em

sistemas educacionais formais, existem professores que adotam pressupostos dessa pedagogia. "Assim, quando se fala na educação em geral, diz-se que ela é uma atividade onde professores e alunos, mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social." (Libâneo, 1985-p.33). A pedagogia **libertária** espera que a escola exerça uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário. "A idéia básica é introduzir modificações institucionais, a partir dos níveis subalternos que, em seguida, vão "contaminando" todo o sistema. A escola instituirá, com base na participação grupal, mecanismos institucionais de mudança (assembléias, conselhos, eleições, reuniões, associações etc.), de tal forma que o aluno, uma vez atuando nas instituições "externas", leve para lá tudo o que aprendeu." (Libâneo, 1985-p.36). Na tendência progressista **crítico-social dos conteúdos**, a difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e portanto, que possuem uma estreita vinculação com as realidades sociais.

*"A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade." (Libâneo, 1985-p.39)*

Conhecemos várias tendências pedagógicas que estão vinculadas a questões socio-políticas. Sendo a escola um aparelho ideológico do Estado e este, um representante dos interesses das classes dominantes, podemos imaginar a importância do papel político do professor no interior das instituições de ensino. A sociedade dominante espera que ele prepare seus filhos para a conservação do modelo social vigente e para seu sucesso individual, enquanto a classe desfavorecida também deposita nele suas esperanças concretas de uma participação mais igualitária e justa na produção intelectual do trabalho, na produção cultural, nas decisões políticas e na aquisição de conhecimento.

## CAPÍTULO IV

### Educação e Política: o papel político do professor universitário

Em se tratando de um trabalho que envolve reflexões no nível universitário, se faz necessário uma análise do que é, e para que serve uma Universidade. Sendo assim, definimos Universidade como:

*“o lugar de construção, produção, e disseminação dos saberes, que devem estar acessíveis a todos; é o centro de investigação e de produção do conhecimento como também de educação e formação de educadores; é o centro de formação de cientistas e investigadores, bem como o local que possibilita a formação para o exercício das diversas profissões existentes na sociedade; é o espaço de assimilação das experiências culturais e de transmissão da cultura às novas gerações; é o lugar de mobilização dos conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais e a serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses” (SANTOS, 1995, p. 188).*

A consciência crítica e a compreensão do conhecimento como entendimento do mundo devem nortear todas os atos acadêmicos e pedagógicos na prática universitária, para que o espaço universitário seja sempre desenvolvido e efetivado como o centro de excelência na formação de cidadãos críticos e participativos, comprometidos com a manutenção ou transformação social.

Falamos da Universidade e de sua função acadêmica e social. Agora falaremos do profissional que a faz existir e é o responsável pela produção, disseminação e socialização dos saberes acumulados pela Universidade: o **professor**. Acompanhando o pensamento de Giroux (1997) propomos tratá-lo **como intelectual**:

*"A categoria de intelectual é útil de diversas maneiras. Primeiramente, ela oferece uma base teórica para examinar-se a atividade docente como forma de trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais e técnicos. Em segundo lugar, ela esclarece os tipos de condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais. Em terceiro lugar, ela ajuda a esclarecer o papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas".(p.161)*

Ao encararmos os professores como intelectuais, estaremos propondo uma reformulação nas relações de trabalho da categoria, pois sabemos que eles pertencem a uma categoria profissional que trabalha com o pensamento reflexivo. Desta forma, não podem ser vistos como “operadores profissionais preparados para efetivamente atingirem quaisquer metas a eles apresentadas. Em vez disso, eles deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens” (Giroux, 1997-p.161).

É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. Isto significa que eles devem assumir um papel responsável na formação dos propósitos e condições de educação. Tal tarefa é impossível com uma divisão de trabalho na qual os professores têm pouca influência sobre as condições ideológicas e econômicas de seu trabalho.

*“Se acreditarmos que o papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas, mas que, em vez disso, envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade livre, então a categoria de intelectual torna-se uma maneira de unir a finalidade*



*da educação de professores, escolarização pública e treinamento profissional aos próprios princípios necessários para o desenvolvimento de uma ordem e sociedade democráticas".*  
(Giroux, 1997-p.162)

Quando passarmos a tratar os professores como intelectuais, estaremos iniciando uma reformulação nas tradições e condições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos.

Acreditamos que é importante não apenas encarar os professores como intelectuais, mas também contextualizar em termos políticos e normativos as funções sociais concretas desempenhadas pelos mesmos.

Para entendermos as funções sociais dos professores, faz-se necessário ver as escolas como locais econômicos, culturais e sociais que estão integralmente ligadas às questões de poder e controle:

*"Como tal as escolas servem para introduzir e legitimar formas particulares de vida social. Mais do que instituições objetivas separadas da dinâmica da política e poder, as escolas são, de fato, esferas controversas que incorporam e expressam uma disputa acerca de que formas de autoridade, tipos de*

*conhecimento, formas de regulação moral e versões do passado e futuro devem ser legitimadas e transmitidas". (Giroux, 1997-p.162)*

*"Em resumo, as escolas não são locais neutros e os professores não podem tampouco assumir a postura e serem neutros". (Giroux, 1997-p.162)*

Estamos acompanhando e concordando com o pensamento de Giroux (1997) em defender que os professores devem ser encarados como intelectuais e os mesmo também precisam lutar para serem reconhecidos como tal. Neste sentido, os professores devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais em sala de aula e valores que eles legitimam em sua atividade de ensino.

Com isto, procuramos demonstrar que a prática educacional está permeada de atos políticos e que **educação e política** são indissociáveis, como podemos observar na análise de Giroux (1997) sobre as relações pedagógicas e as políticas:

*"Essencial para a categoria de intelectual transformador é a necessidade de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico. Tornar o pedagógico mais político significa inserir a escolarização diretamente na esfera política, argumentando-se que as escolas representam tanto um esforço para definir-se o*

*significado quanto uma luta em torno das relações de poder. Dentro desta perspectiva, a reflexão e ação críticas tornam-se parte do projeto social fundamental de ajudar os estudantes a desenvolverem uma fé profunda e duradoura na luta para superar injustiças econômicas, políticas e sociais, e humanizarem-se ainda mais como parte desta luta. Neste caso, o conhecimento e o poder estão inextrincavelmente ligados à pressuposição de que optar pela vida, reconhecer a necessidade de aperfeiçoar seu caráter democrático e qualitativo para todas as pessoas, significa compreender as condições necessárias para lutar-se por elas. Tornar o político mais pedagógico significa utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora; isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos; tornar o conhecimento problemático; utilizar o diálogo crítico e afirmativo; argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas". (p.163)*

A seguir pretendemos mostrar com os questionamentos de Freire (1996), que a postura do professor em sala de aula demonstra sua concepção de mundo e sua posição política perante a sociedade:

*"Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos. As questões políticas são problemas da sociedade". (p.33 e 34)*

Com o pensamento de Freire, continuamos a enfatizar as relações entre **educação e política**, pois se trata do objeto deste trabalho. Queremos demonstrar, com as reflexões dos pensadores da educação citados acima, que já existem discussões profundas sobre as relações estreitas destas duas áreas do conhecimento.

Gadotti (1988) afirma que:

*"Educação é política. Entretanto, quando juntamos a palavra "política" a uma realidade pedagógica, a análise não terminou. Não é suficiente afirmar que toda educação é política, porque finalmente "tudo é político". É preciso saber em que a educação é política. Podem-se dar à idéia de que a educação é política pelo menos quatro sentidos que se articulam, aliás, uns com os outros: a educação transmite os modelos sociais, a educação forma a personalidade, a educação difunde idéias políticas, a educação é encargo da escola, instituição social. É fácil concluir daí que a educação numa sociedade de classes transmite os modelos sociais da classe dominante, forma os cidadãos para reproduzirem essa sociedade, difunde as idéias políticas dessa classe e reproduz, por isso tudo, a dominação da classe". (p.140)*

Aproveitamos ainda o pensamento de Saviani (1988) para ratificar a importância da conscientização do professor com relação ao estreito vínculo de sua prática educacional com as questões sociais e políticas:

*“Ora, em meu entender, tal contribuição será tanto mais eficaz quanto mais o professor for capaz de compreender os vínculos de sua prática com a prática social global. Assim, a instrumentalização se desenvolverá como decorrência da problematização da prática social atingindo o momento catártico que concorrerá a nível de especificidade da matemática, da literatura, etc., para alterar qualitativamente a prática de seus alunos enquanto agentes sociais. Insisto neste ponto porque via de regra tem-se a tendência a se desvincular os conteúdos específicos de cada disciplina das finalidades sociais mais amplas. Então, ou se pensa que os conteúdos valem por si mesmos sem necessidade de referi-los à prática social em que se inserem, ou se acredita que os conteúdos específicos não tem importância colocando-se todo o peso na luta política mais ampla. Com isso se dissolve a especificidade da contribuição pedagógica anulando-se, em conseqüência, a sua importância política”. (p.89)*

Estamos conscientes, depois de termos refletido acerca das contribuições dos pensadores da educação citados anteriormente, que as relações pedagógicas existentes nas universidades estão imbuídas de posições políticas, mesmo que não estejam claramente expressas. Sendo assim, o professor universitário “carrega” sobre sua prática educacional uma grande responsabilidade social e política, o que nos faz refletir se realmente eles estão conscientes do **papel**

**político** que possuem com relação ao futuro das pessoas e da sociedade. Levantamos este questionamento, pois pretendemos mostrar, nos próximos parágrafos, os caminhos que estão sendo traçados para a humanidade como conseqüência, em partes, da opção política feita pelos professores universitários.

Como vimos no primeiro capítulo, as sociedades liberais priorizam, cada vez mais, os princípios econômicos em detrimento dos sociais. Os professores que defendem que esse modelo de sociedade representam uma forma democrática de convívio social, preparam seus alunos para o **mercado de trabalho**. Para eles, a função da educação é modelar o comportamento humano, organizando o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema global. Para isto, eles precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. Este modelo de ensino é chamado por Freire (1983) de "educação bancária". Sobre esta prática pedagógica, afirma ele:

*"Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" de educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los*

*e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta concepção "bancária" da educação". (p.66)*

Este processo educacional que prepara os indivíduos para o mercado de trabalho está levando, segundo Freire (1983) ao individualismo, ao egoísmo e conseqüentemente, à desumanização da sociedade.

Ao mesmo tempo, no interior das universidades, existem professores que adotam outra postura educacional, contrária a que Freire (1983) denominou de "bancária", eles buscam a humanização dos homens e sua participação histórica na condução da sociedade. A função da educação consiste na preparação do aluno para o mundo e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade. Nesta concepção a **educação** prepara os indivíduos para o convívio **social** a educação assume objetivos políticos. Utilizaremos mais uma vez o pensamento de Freire (1996) para demonstrar a postura que deve ter um professor que opta pela luta por uma sociedade mais justa:



*"Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor simplesmente do homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo".*

*(p.115 e 116)*

Esta última contribuição de Freire (1996) deixa claro o papel político que o professor universitário tem perante a sociedade onde está inserido: ou ele opta por preparar seus alunos para o mercado de trabalho e consequentemente contribuindo para a desumanização do ser, ou ele opta pela mudança do modelo social vigente que poderá propiciar às pessoas um convívio social mais justo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizamos nesse trabalho monográfico reflexões de diferentes pensadores da educação e política a fim de focar o tema central que é o **papel político do professor universitário**. Para tanto procuramos uma estruturação didática que possibilitasse em um primeiro momento uma análise da **democracia nas sociedades liberais e progressistas**. Essa análise teve como objetivo mostrar as influências de uma instituição chamada Estado nas relações de poder desses dois tipos de sociedade.

Nas **sociedades liberais** as relações entre Estado e democracia foram conflitantes, na medida em que, quanto maior a participação popular nas decisões políticas, maior a crise no Estado Liberal. Para tentar resolver este problema, as sociedades liberais utilizaram-se de princípios filosóficos que enfocaram os direitos humanos e passaram a formalizar em suas constituições os direitos e deveres dos cidadãos. Nas questões políticas o regime de democracia representativa fazia com que os cidadãos elegessem seus representantes nas assembleias parlamentares e estes tomassem as decisões que julgassem de interesse de todos.

Como conseqüência do antagonismo entre os princípios democráticos e o liberalismo, passaram a existir correntes de democratas liberais e democratas não-liberais. Enquanto o primeiro grupo defendia as limitações do Estado e

lutavam contra qualquer tentativa de aumento da participação popular nas decisões políticas, o segundo defendia o contrário, maior distribuição de poder e maior concentração de esforços na conquista da esfera pública que na cuidadosa defesa da esfera privada. Desta forma, esse acabou aproximando-se de movimentos de operários e socialistas. Das relações dessas correntes políticas surgiram as **sociedades progressistas (socialistas)**, que defendem a eliminação total ou parcial das propriedades privadas como projeto de sociedade futura. Enquanto as relações entre liberalismo e democracia foram conflitantes, o mesmo não aconteceu entre socialismo e democracia, pois o processo de democratização propiciaria o alargamento da participação política tornando possível a plena realização da democracia.

Essas reflexões sobre liberalismo, socialismo e democracia, foram importantes para mostrar as relações do Estado com as instituições representativas da sociedade, e sendo a Escola uma dessas instituições declarada por Althusser (1985) como "aparelho ideológico do Estado", acreditamos na importância de estudarmos no Capítulo III as **relações entre o sistema educacional e o Estado Liberal e Progressista**. Observamos com a análise das referências bibliográficas a existência de tendências pedagógicas que justificam-se na sociedade capitalista, chamadas **pedagogias liberais**. Dentre elas destacamos a tradicional, a renovada progressivista, a renovada não-diretiva e a liberal tecnicista. Em todas essas tendências liberais a ênfase no aspecto cultural objetiva esconder a realidade das diferenças de classe, pois mesmo que

defendam a igualdade de oportunidades, não levam em conta as desigualdades de condições.

Como aconteceu nas relações antagônicas entre democratas liberais e democratas não-liberais, o mesmo aconteceu no interior da Escola. Grupos de professores contrários ao pensamento de que a Escola deva reproduzir os interesses das classes dominantes, optaram por **pedagogias progressistas**, que partem de uma análise crítica das realidades sociais e defendem que a educação tem finalidades sócio-políticas. Dentre elas destacamos a libertadora, a libertária e a crítico-social dos conteúdos, que defendem:

*"A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática". (Libâneo, 1985, p. 39)*

Vimos no Capítulo III a continuação das divergências entre interesses políticos produzidos pelo antagonismo das classes sociais de uma sociedade capitalista e seus reflexos no interior da escola. Além das tendências pedagógicas citadas anteriormente, o comportamento do professor também demonstra o seu projeto político. O que queremos dizer é que quando o professor seleciona o

conteúdo da disciplina que vai ensinar, quando decide por um método de ensino em detrimento de outro, quando enfrenta as dificuldades de aprendizagem de seus alunos ou quando se depara com qualquer outra questão pedagógica, ele não faz isso livre de ideologias e valores. Estas decisões são tomadas, consciente ou inconscientemente, a partir de um posicionamento ideológico frente ao mundo.

O nosso propósito nos três capítulos iniciais foi refletir sobre as relações entre educação, sociedade e política, onde discutimos as relações entre democracia, liberalismo, socialismo e educação e concluímos que a política está presente em todas essas relações. Conscientes dos laços estreitos existentes entre **educação e política**, decidimos mostrar no capítulo IV a **importância do papel político do professor universitário**. Nas reflexões efetuadas nesse capítulo, buscamos demonstrar que não existe neutralidade nas relações pedagógicas. Consciente ou inconscientemente, os professores demonstram através de seus discursos a concepção política de mundo que estão defendendo e isso refletirá no modelo das sociedades futuras.

Em suma, o objetivo deste trabalho foi abordar diversas fontes teóricas reflexivas que traduzem a importância da politização do professor universitário e sua tradução na prática pedagógica. Seguindo esta linha de raciocínio, acreditamos que o professor consciente de seu papel político perante a sociedade, irá conduzir seu trabalho voltado para a transformação e/ou manutenção do modelo social vigente.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1985.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1995

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática Educativa**. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo. Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. São Paulo. Cortez, Autores Associados, 1988.

GIROUX, Henry A. **Os Professores como Intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre. Artes Médicas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **A democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1988.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS -  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA**

Título da monografia : O papel político do professor universitário

Autor : Urolmie de Araújo Machado

Professor Orientador : Elisa Augusta Coelho

Professor Leitor : Gilda Geumbach

Parecer do Orientador :

A monografia ressalta tema importante para o curso uni-  
versitário, qual seja, o papel político de seus docentes. Os objetivos propostos  
foram atingidos e a discussão apresentada, apesar de nem sempre aprofun-  
dada, tem conteúdo.

Notamos a ausência de uma discussão mais aprofundada do papel  
político do professor na universidade.

Nota 9,0 - E

Parecer do Professor Leitor :

Bom trabalho! Percebe-se que o aluno dedicou-se com  
afinco ao estudo de um tema de grande importância para  
a sociedade brasileira.

Grande

Conceito Final : E

Data : 24/07/02

Assinaturas :

Elisa Coelho